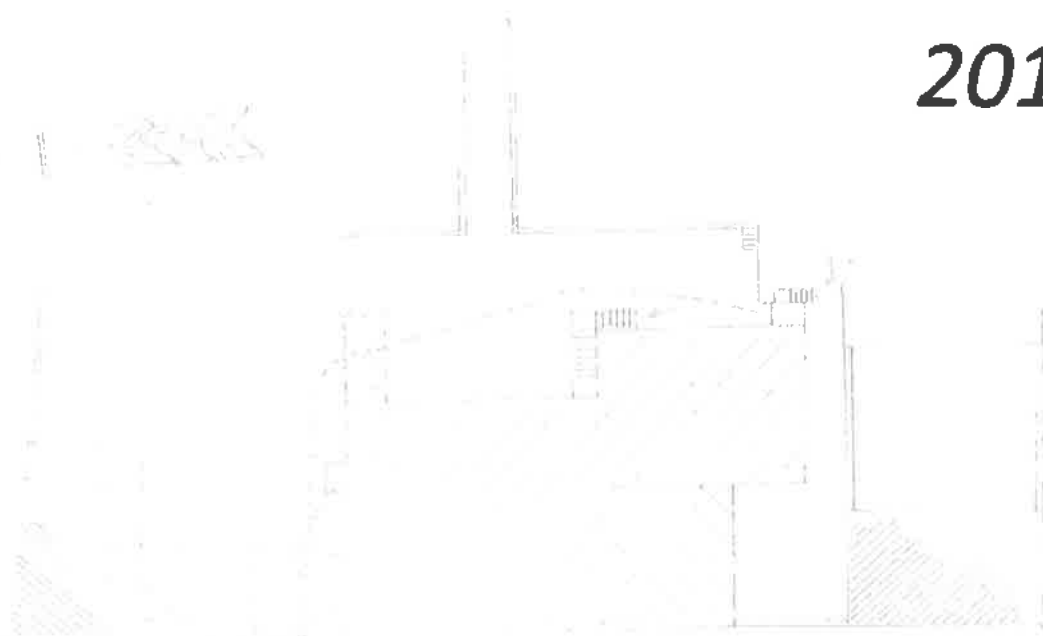




**SANTA
CASA**
Misericórdia de Vila Nova de Gaia

Alçada da frente

Relatório de Atividades e Contas 2015



R. Marques da Bandeira

Planta do local

Escala 1/500



Índice

Palavra do Provedor	6
Corpos Gerentes.....	9
Atividades dos Corpos Gerentes e do Conselho Geral.....	10
Área Operacional da Educação	11
Área Operacional de Intervenção Social	13
Área Operacional da Saúde	17
Serviço de Comunicação, Imagem e Marketing	20
Serviço de Qualidade.....	22
Património Imóvel.....	22
Serviço de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho	25
Serviço de Voluntariado	26
Arquivo e Centro de Documentação	28
Parcerias e Protocolos.....	29
Academia Sénior	29
Religião e Culto.....	29
Eventos Culturais	30
Proposta de aplicação de resultados	31
Legados e Doações.....	31
Tombo dos Irmãos.....	31
Notas Finais	32
Demonstrações Financeiras	35
Balanço.....	38
Demonstração dos Resultados por Valência.....	40
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	44



Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	46
Anexo	47
Parecer do Conselho Fiscal.....	71
Parecer Revisor Oficial de Contas.....	72



SERVIÇO DE
APOIO DOMICILIÁRIO
Misericórdia de Vila Verde de Gaia



jardim de
Jardim de Infância
D. Emília do Jesus Costa



Centro
**ACOLHIMENTO
TEMPORÁRIO**
N.ª Sr.ª da Misericórdia



**Conde das
DEVEZAS**
estrutura residencial



**SALVADOR
BRANDÃO**
equipamento social



**ANTÓNIO
ALMEIDA da COSTA**
equipamento social



**TAVARES
BASTOS**
equipamento social



**FARMÁCIA DA
MISERICÓRDIA
DE GAIA**



clínica
Fisiátrica



Palavra do Provedor

Caras e prezadas Irmãs e Irmãos

Conforme previsto no na alínea c) do n.º 1 do art.º 22, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do exercício do ano anterior e é esse documento que vos submetemos.

Definiu a Mesa Administrativa quando se candidatou alguns princípios que importa agora verificar em que medida foram cumpridos:

- A estabilização da nossa ação tendente a reforçar os princípios da Misericórdia que nos norteia, agora e sempre;
- A pacificação nas relações laborais, tendo em atenção a nossa atividade de prestação de serviços a pessoas frágeis, utentes seniores, muitos deles doentes e crianças; dissemos que queremos valorizar os quadros, o que fizemos, pois esta é a génese da nossa atividade e consideramos que os nossos quadros são o que de melhor tem a nossa Instituição, face à excelente prestação de serviços que as circunstâncias atuais podem permitir;
- A tentativa de revalorização do nosso património de rendimento, suporte indispensável para a nossa ação social, na medida em que o apoio governativo manifesta-se claramente, insuficiente para suportar os custos da nossa ação social e, por isso, mais de metade dos nossos rendimentos do património são alocados a pagar algumas das valências que constituem encargos;
- A requalificação, ainda que ligeira, dos nossos equipamentos, e acima de tudo a forçada mas obrigatória prossecução das medidas tendentes à proteção de pessoas e bens, o que resultou das 8 ações inspetivas da Segurança Social, realizadas logo após a posse desta Mesa Administrativa, realizadas durante mais de meio ano, no que resultou a imposição da intervenção da Autoridade Nacional da Proteção Civil;
- Procedemos à elaboração dos projetos com vista à requalificação dos Equipamento Sociais Tavares Bastos e António Almeida da Costa, necessários ao cumprimento da legislação que impõe medidas no âmbito das alterações legislativas abrangidas pela Portaria 67/2012, de 21 de março;
- Elaboraram-se ainda projetos para a requalificação das Residências Seniores Conde das Devesas e Equipamento Social Salvador Brandão, cuja realização, senão total, será parcial no decurso de 2016;
- Continuou a atribuição do Programa de Emergência Alimentar que contemplou durante 2015 cerca de 75 000 refeições que fornecemos aos mais desprotegidos;
- Finalmente obtivemos alguns licenciamentos que, provavelmente, muito surpreenderão os irmãos (p. ex. só dispusemos de licença de funcionamento da “residencial” já em 2015);

- Continuámos a estabelecer novas parcerias com vista à obtenção de benefícios para os irmãos e para os nossos utentes;
- Perdemos 20 irmãos, dos quais 16 por falecimento e o saldo negativo foi de 9;
- Foi atribuída pela Assembleia Geral da Irmandade a qualidade de irmãos honorários a alguns anteriores provedores e ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, este último titular no anterior mandato;

Olhamos ainda com muita atenção para a continuada reestruturação dos serviços, lançando as bases para a implantação de um novo organograma, o que se fará no decurso de 2016, dando resposta a algumas carências identificadas, principalmente, nos serviços centrais, aqueles que prestam serviço às valências, equipamentos e património de rendimento.

Também nem tudo correu a nosso contento e aqui poderemos destacar a dificuldade com que continuamos a lidar com o nosso CAT (Centro de Acolhimento Temporário de Crianças em Risco Social) na medida em que a promessa de alargarem a capacidade, acabou por não ser concretizada em tempo útil e os novos governantes ainda não assumiram este procedimento. Continua a ser uma das maiores preocupações desta Mesa Administrativa, porque cada ano que passa representa um golpe na economia da SCMG por não ser auto sustentável, antes pelo contrário, é muito deficitária e acumula fortes prejuízos que temos de tentar estancar, mesmo que isso implique medidas drásticas as quais estão a ser pensadas em 2016.

Entretanto, e na sequência da publicação do Dec. Lei 172-A/2014, foi aprovado um novo compromisso que trará implicações na vida da nossa Instituição pela dinâmica que implica e faz sustentar o relacionamento entre a irmandade e os irmãos.

Procedemos ainda à alteração do critério para admissão de utentes nas Residências Seniores, na medida em que nos debatemos ao longo do 1º semestre de 2015 com a realidade de dispormos, em média ao longo desse período, entre 4 e 5 apartamentos, sistematicamente, vagos em consequência do falecimento dos respetivos utentes. Modificámos o critério – já não impomos o direito de aquisição vitalício, o que foi muitas vezes impeditivo da admissão – e hoje todos os apartamentos estão preenchidos. É claro que continuamos a ter um défice anual muito para além das expectativas, mas enquanto não se verificar a rotação no caso dos utentes que ou nada pagam ou pagam valores de praticamente um terço da tabela e outros de pouco mais de metade da mesma tabela, será muito difícil atingir o equilíbrio económico.

Uma última palavra para realçar a esperança pela realização do ano da Misericórdia que na nossa diocese e pela voz, sempre serena mas muito ativa, de Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Bispo do Porto D. António Francisco dos Santos – a quem, naturalmente, agradecemos mais uma vez a honra concedida à nossa SCMG pela visita efetuada em junho de 2015, aquando da celebração do centésimo aniversário do Equipamento Social António Almeida da Costa – também ajudará a conduzir-nos na celebração da nossa génese, que decorrerá, praticamente, até ao final deste ano de 2016.

Quanto ao mais, há alguns poucos números que desejamos destacar, para além de outros que estão disponíveis nas restantes páginas deste documento:

1 – Desde logo o lucro do exercício que tendo sido de € 75.116,84 em 2014, foi melhorado em 2015 para mais do dobro, ou seja, para € 169.394,98;

2– Termos praticamente mantido a massa salarial (um aumento de apenas € 5.000) em ano de aumento do salário mínimo nacional;

3– Termos reduzido os rendimentos do património em €25.000 por força da ainda degradação do mercado imobiliário e do abandono de algum do nosso património por não requalificação do mesmo (houve 15 denúncias contra 4 novos contratos) pois, só já no final de 2015 é que conseguimos inverter estas médias que por certo terão uma nova expressão no corrente ano, em função do esforço que está a ser feito na requalificação do património de rendimento;

4– Constituimos uma provisão de € 95 000 enquanto em 31.12.2014 a mesma foi de apenas € 20 000;

5 – Muito nos preocupa o elevado valor de rendas incobráveis e comparticipações de utentes e de familiares que ascendem respetivamente €128.891,54 e €115.926,84.

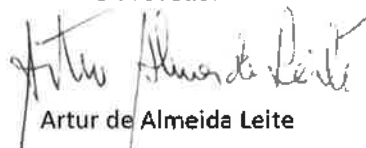
Deixamos para mais tarde a apresentação dos esclarecimentos que naturalmente venham a ser solicitados sobre os elementos fornecidos neste relatório de atividade e contas.

Por último, não podemos terminar esta apresentação sem deixar de agradecer a todos quantos contribuíram para a realização da nossa atividade. Cabem aqui de forma genérica, mas sem ser exaustivos, os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo, as entidades oficiais e mesmo hierárquicas com quem temos relações estabelecidas, a nossa organização associativa, outras entidades congêneres ou I.P.S.S.'s, fornecedores, bancos, entidades que nos têm doado bens ou equipamentos e, naturalmente, os irmãos da nossa irmandade, de que devemos destacar os irmãos voluntários que disponibilizam meios ao serviço da nossa Instituição.

A todos, sem exceção, manifestamos o nosso público agradecimento.

Vila Nova de Gaia, 29 de fevereiro de 2016

O Provedor



Artur de Almeida Leite

Corpos Gerentes

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Efetivo

Dr. Artur Alberto Falcão Lopes Cardoso

Presidente Suplente

Dr. Manuel Joaquim Pinto Barbosa Leão

Secretários

Dr. José Carlos Moreira da Cunha Barros

Eng.º Vítor António Junqueira Cerqueira

Secretários Suplentes

Casimiro Rodrigues Sousa

Arnaldo António Vieira Ribeiro

Mesa Administrativa

Provedor

Artur de Almeida Leite

Vice-Provedor

Dr. António Carlos Almeida Teixeira

Mesários

Luís Marques Gomes

Dr. Joaquim Eduardo Sousa Gonçalves de Sá

Dr. José Carlos Filipe Ramos

Dr.ª Inácia Glória Moreira Martins Barbosa Leão

Dr.ª Maria Luísa Fernandes Dantas da Silva

Dr. José Urbano Soares

Dr. Mário Rui Figueira de Campos Fontemanha

Suplentes

Eng.º António Fernando de Aguiar Ferreira

Dr. Mário Rui do Carmo Matos

Eng.º Américo António da Silva Monteiro

Conselho Fiscal

Presidente

Eng.º Manuel Francisco Caruncho de Sá

Vogais

Manuel Fernando Chaves da Silva

Rui Manuel Tavares Poças

Suplentes

Joaquim Carlos Dias Monteiro

Dr. Alcino José Lopes Vieira dos Santos

Atividades dos Corpos Gerentes e do Conselho Geral

Assembleias Gerais Ordinárias

Foram realizadas duas Assembleias Gerais Ordinárias, em março e novembro, para a “Apreciação, discussão e votação do Relatório da Mesa Administrativa e do Balanço e Contas de Gerência do exercício de 2014, acompanhados dos respectivos Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas” e para a “Apreciação, discussão e votação da Conta de Exploração Previsional e do Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos, bem como do Plano de Atividades para o exercício de 2016 e Parecer do Conselho Fiscal”.

Ambos os documentos foram aprovados, por unanimidade, em sede da Assembleia Geral da Irmandade.

Assembleias Gerais Extraordinárias

Foram realizadas três Assembleias Gerais Extraordinárias, a saber:

Em 27 de março de 2015, para apreciação, discussão e votação de “Propostas da Mesa Administrativa para a concessão da Dignidade de Irmãos Honorários aos ex-Provedores Dr. Valdemar Teixeira de Castro Chaves, Bernardino de Andrade Maia, Dr. José Tavares Pinto Brandão e ex-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Eng.º Joaquim Manuel Veloso Poças Martins, nos termos do art.º 7.º, n.º 1 do Compromisso”.

Em 10 de julho de 2015, para apreciação, discussão e votação da alteração do Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro; Ratificação do Regulamento Eleitoral, elaborado e aprovado pela Mesa Administrativa; apreciação, discussão e votação de proposta da Mesa Administrativa, para proceder à alienação de um armazém, sito na Rua do Choupelo, n.º 30, freguesia de Santa Marinha; apreciação, discussão e votação de proposta da Mesa Administrativa, para proceder à alienação de uns terrenos, sitos na Rua do Balastro e de Borneiros, freguesia de Canelas; apreciação, discussão e votação de proposta apresentada pela Mesa Administrativa para alteração das premissas de afetação do produto da alienação do terreno sito no lugar do Paço, em Valadares.

Em 27 de novembro de 2014 para deliberar acerca de proposta apresentada pela Mesa Administrativa para proceder à alienação de prédio urbano com a área total de 324 m2., sito no Lugar de Aldeia de Megide, na freguesia de Canelas, Concelho de Vila Nova de Gaia.

Mesa Administrativa

Ao longo do ano de 2015, a Mesa Administrativa reuniu num total de 20 (vinte) sessões ordinárias e, uma vez, em sessão extraordinária.

Ao mesmo tempo, assegurou o funcionamento de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa e a realização de todos os projetos, planos e objetivos.

Conselho Fiscal

Este Órgão acompanhou a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando não só as peças financeiras que lhe foram sendo fornecidas com regularidade, mas também outros elementos que acharam oportuno solicitar, emitindo pareceres e apresentando recomendações.

Conselho Geral

O Conselho Geral teve em 2015 como seu Coordenador o Irmão Sr. Dr. José Tavares Pinto Brandão e reuniu trimestralmente, conforme prevê o Compromisso.

Área Operacional da Educação



No ano de 2015 os serviços de Creche e Pré-Escolar da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, foram frequentados por um total de 163 crianças, distribuídas da seguinte forma:

VALÊNCIA	CRECHE						PRÉ-ESCOLAR				TOTAL
SALAS	Bebés		1 Ano		2 Anos		Sala Vermelha	Sala Amarela	Sala Azul	Sala Verde	
Nº CRIANÇAS	7	9	15	12	15	16	22	23	23	21	163

O Projeto **Educativo: EDU(BRIN)CAR**, dada a sua dimensão abrangente, continuou a ser trabalhado e a sua temática baseou-se na importância que as brincadeiras assumem no processo global de desenvolvimento e aprendizagem da criança. É evidente que o jogo e as brincadeiras são a atividade normal da criança em idade pré-escolar porque é pelo jogo que a criança descobre o mundo.

Para tornar possível e dar corpo a este projeto a Santa Casa contou com um quadro de profissionais habilitadas e dedicadas. No decorrer do ano de 2015, com a colaboração do Centro de Emprego e ao abrigo do **Programa Ocupacional** para trabalhadores em situação de comprovada carência económica, foi possível admitir três trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais. Manteve-se um estágio de integração nas funções de telefonista, em colaboração com a APPACDM e dois **Acordos de Atividade Ocupacional**, com o Centro de Reabilitação da Granja - CEFPI – no apoio aos serviços de Refeitório e atendimento telefónico.

Esta resposta social teve ainda a colaboração de uma Psicóloga, de uma Educadora de Ensino Especial, uma Terapeuta de Fala, uma Terapeuta Ocupacional da ELI Gaia e da APPACDM, para apoio educativo a oito crianças com deficiência.



No ano de 2015 foram admitidas 4 crianças no Centro de Acolhimento Temporário N.º Sr.ª da Misericórdia (CAT), e foram concluídos os projetos de vida de 3 crianças. Verificou-se uma rotatividade de 18 crianças, num total de 15 vagas, com idades compreendidas entre os 0 e mais de 6 anos, conforme o quadro abaixo:

	- 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	+ 6 anos	Total
Feminino	0	0	2	0	2	0	1	2	7
Masculino	2	0	7	1	0	0	0	1	11
Total	2	0	9	1	2	0	1	3	18

A idade limite de acolhimento nesta resposta social é até aos 6 anos, mas no final de 2015 estavam acolhidas três crianças com idades superiores a 6 anos (duas meninas, uma de 8 anos e outra de 9 e um menino de 9 anos).

A Mesa Administrativa continuou a desenvolver contactos junto da Segurança Social para o alargamento do Protocolo de Cooperação de 15 para 19 crianças.

A equipa técnica do CAT desenvolveu ao longo do ano diversas atividades com as crianças e foi particularmente importante para todos os envolvidos a socialização com a comunidade, muito atenta e colaborante com esta realidade, e a convivência intergeracional com utentes das respostas sociais da Santa Casa.

Área Operacional de Intervenção Social

Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas (ERPI)

No ano de 2015, enquadrados no Sistema de Gestão da Qualidade assente no referencial EQUASS, foram formalizadas **195 candidaturas** para Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas para os três Equipamentos Sociais, de acordo com a seguinte distribuição:

Resposta Social	ERPI António A. da Costa	M	F	ERPI Salvador Brandão	M	F	ERPI José Tavares Bastos	M	F	Total
Estrutura Residencial	107	34	73	67	29	38	21	09	12	195

Em 31 dezembro de 2015 existiam **518 candidaturas** em lista de espera, distribuindo-se os pedidos pelos Equipamentos Sociais, conforme os dados apresentados no quadro seguinte:

Respostas Sociais	ERPI António A. da Costa	M	F	ERPI Salvador Brandão	M	F	ERPI José Tavares Bastos	M	F	Total
Estrutura Residencial	288	85	203	148	50	98	82	25	57	518

Em 2015 foram admitidos **34 idosos** nos três Equipamentos Sociais da Santa Casa, de acordo com o quadro seguinte:

Respostas Sociais	ERPI António A. da Costa	M	F	ERPI Salvador Brandão	M	F	ERPI José Tavares Bastos	M	F	Total
Estrutura Residencial	06	02	04	15	01	14	13	06	07	34

No ano 2015 apenas se realizou um internamento temporário, para descanso de cuidador, no Equipamento Social Tavares Bastos de uma utente de Centro de Dia deste mesmo Equipamento. O referido internamento traduziu-se numa receita no valor de 552.50 euros.

Serviço de Ação Social

Em 2015 o Serviço de Ação Social (SAS) deu continuidade ao trabalho que tem vindo a desenvolver ao nível do Atendimento e Apoio à Comunidade do Concelho.

Conforme o previsto no Acordo de Cooperação, celebrado entre o Centro Distrital do Porto do ISS e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, o SAS desenvolveu uma resposta que se consubstancia na realização de atendimento/acompanhamento/encaminhamento de famílias em situação de carência económica, priorizando o apoio económico para aquisição de leite/papas e medicação para lactentes.

A priorização, nestes últimos anos, no apoio na área materno-infantil, prende-se com a inexistência de respostas nesta área por parte de outras entidades locais do Concelho.

O Serviço de Ação Social gere ainda o Banco de Ajudas Técnicas, resultado de um protocolo estabelecido entre o Rotary Club de Vila Nova de Gaia e a Misericórdia de Vila Nova de Gaia, visando a gestão de material paramédico.

Este Protocolo visa apoiar e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida a pessoas dependentes e idosas, através do empréstimo, sujeito ao pagamento de uma caução, de equipamento de apoio adequado a cada situação, sendo composto por camas articuladas, cadeiras de rodas, cadeiras sanitárias e cadeiras de duche.

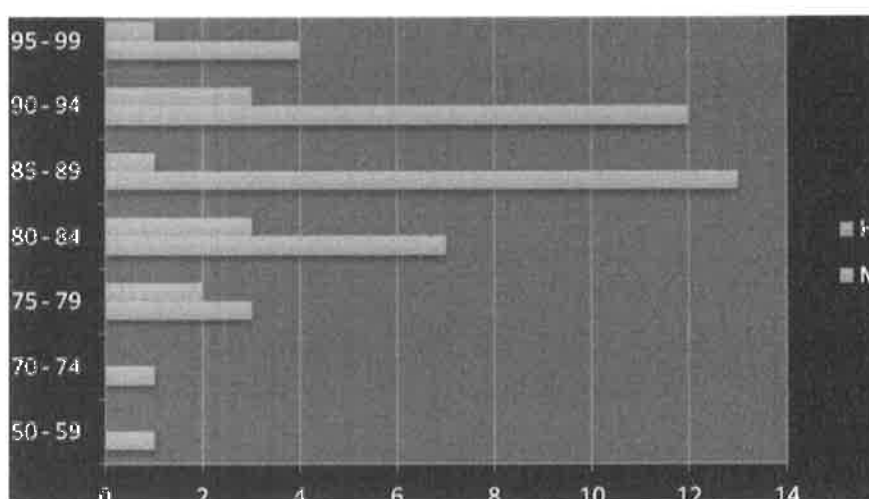
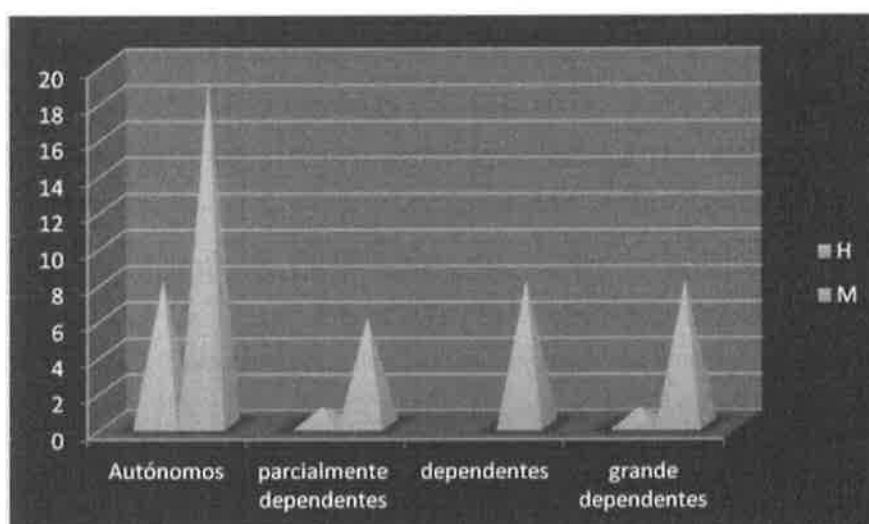


A 31 de dezembro de 2015 as Residências Seniores Conde das Devesas tinham 51 residentes distribuídos por 50 apartamentos. Durante o ano a unidade deu apoio a 58 seniores, e ocorreram seis óbitos.

De quatro apartamentos vagos nas Residências Seniores, apenas dois foram ocupados em 2015. Esta situação agravou o problema da sustentabilidade económica da unidade e mereceu por parte da Mesa Administrativa uma tomada de posição no sentido de inverter a situação existente.

Para a promoção das Residências Seniores, a Mesa Administrativa fomentou diversas ações, nomeadamente ao nível das condições financeiras para o seu acesso e do Regulamento Interno. Já se verificou um retorno positivo das ações implementadas, pelo que a Mesa Administrativa está otimista quanto à ocupação dos apartamentos vagos, num curto intervalo de tempo.

Nos quadros que se seguem, podem ser analisados os graus de autonomia e idades dos Residentes.



Programa de Emergência Alimentar

A Misericórdia de Gaia aderiu em 2012 ao Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária de Cantinas Sociais, tendo celebrado um Protocolo de Colaboração com o Instituto da Segurança Social / Centro Distrital do Porto (ISS/CDP) no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais.

Nessa medida, em 2015 a Misericórdia continuou a disponibilizar refeições gratuitas aos agregados familiares em dificuldades.

Foram mantidas em 2015 as parcerias estabelecidas em 2013 pela Misericórdia de Gaia com a Junta de Freguesia de Grijó e com a Junta de Freguesia de Avintes / Fundação Joaquim Oliveira Lopes, no sentido de ser facultado o acesso a refeições gratuitas, através do Equipamento Social Salvador Brandão, a famílias caracterizadas por essas duas entidades. Toda a logística de distribuição alimentar aos beneficiários das duas Freguesias está a cargo dessas entidades.

No âmbito do Programa de Emergência Alimentar – Rede Solidária de Cantinas Sociais, a Misericórdia está a prestar apoio a residentes das Freguesias de Arcozelo, Avintes, Canelas, Grijó, Gulpilhares, Mafamude, Valadares, Vilar de Andorinho, Vilar do Paraíso, Santa Marinha.

Com referência a 31 de dezembro de 2015 foram apoiados:

- 23 agregados familiares (54 beneficiários) pelo Equipamento Social António Almeida da Costa, e concedidas 2.619 refeições;
- 57 agregados (117 beneficiários) pelo Equipamento Social Salvador Brandão e concedidas 3.033 refeições, dos quais 30 agregados de Avintes (1.210 refeições) e 21 agregados de Grijó (1.458 refeições).

Apresentam-se, em seguida, quadros sobre o número de refeições concedidas em 2015 no âmbito do PEA – Programa de Emergência Alimentar, através das 2 cantinas sociais, bem como a comparticipação financeira da Segurança Social recebida.

**Distribuição mensal das refeições concedidas no
ano de 2015
Equipamento Social Almeida Costa**

Meses	Nº refeições Concedidas	Comparticipação do ISS (em €)
janeiro	2.962	7.405,00
fevereiro	2.800	7.000,00
março	3.100	7.750,00
abril	3.000	7.500,00
maio	3.065	7.662,50
junho	2.786	6.965,00
julho	2.937	7.342,50
agosto	2.919	7.297,50
setembro	2.808	7.020,00
outubro	2.941	7.352,50
novembro	2.727	6.817,50
dezembro	2.619	6.547,50
Total	34.664	86.660,00

**Distribuição mensal das refeições concedidas no
ano de 2015
Equipamento Social Salvador Brandão**

Meses	Nº refeições Concedidas	Comparticipação do ISS (em €)
janeiro	2.703	6.757,50
fevereiro	2.584	6.460,00
março	3.100	7.750,00
abril	2.791	6.977,50
maio	2.697	6.742,50
junho	2.982	7.455,00
julho	3.000	7.500,00
agosto	2.923	7.307,50
setembro	2.921	7.302,50
outubro	2.988	7.470,00
novembro	2.855	7.137,50
dezembro	3.033	7.582,50
Total	34.577	86.442,50

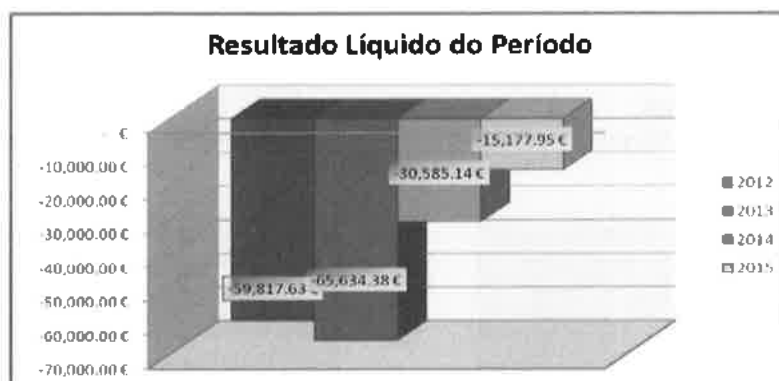
Como nota final, destaca-se que, ao abrigo das duas parcerias atrás mencionadas, do total de refeições concedidas através do Equipamento Social Salvador Brandão, 14.090 destinaram-se a beneficiários da Freguesia de Avintes, e 16.338 a beneficiários da Freguesia de Grijó.

Área Operacional da Saúde



O ano de 2015 traduziu-se num exercício de melhoria do resultado líquido de exploração ainda que o mesmo seja negativo.

Uma contenção nos gastos, nomeadamente dos gastos com pessoal acompanhada de uma também diminuição do volume de negócios na ordem dos 4%, determinou que o resultado líquido do exercício se mantivesse negativo, condição que se espera inverter no exercício futuro.

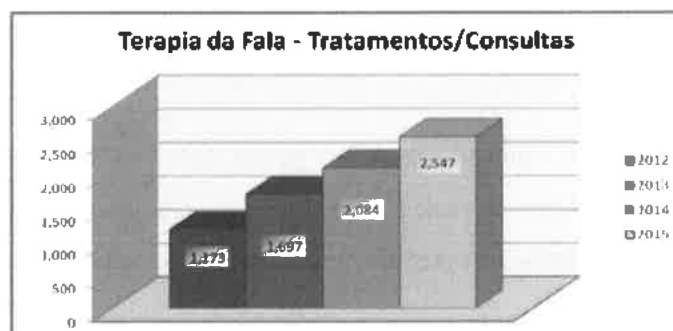


O decréscimo do volume de negócios e de consultas/tratamentos na valência da Fisioterapia foram os factos que contribuíram diretamente para a redução do volume de negócios. Em sentido inverso, o aumento de consultas/tratamentos na valência da Terapia da Fala comparativamente ao ano anterior permitiu compensar o decréscimo do volume de negócios da valência da Fisioterapia.

Na valência da Fisioterapia, o decréscimo do volume de negócios ascendeu a cerca de 9% enquanto, na valência da Terapia da Fala o aumento do volume de negócios ascendeu a cerca de 5%.



Na valência de Terapia da Fala, o número de consultas/tratamentos aumentou cerca de 22% comparativamente ao ano anterior, continuando o ciclo de crescimento anual que se vem registando desde o início desta valência. O ano anterior tinha registado um aumento na ordem dos 23%.



O exercício económico de 2015 na Farmácia da Misericórdia de Gaia veio confirmar a tendência dos últimos exercícios económicos relativamente à continuidade do decréscimo do volume de negócios da Farmácia. Vários fatores concorreram para este desiderato mas, seguramente que, a realidade do setor das farmácias em particular foi o fator que maior impacto teve nesta área de negócio. Comparativamente ao exercício económico, o volume de negócios registou um decréscimo na ordem dos 4%. No entanto, a melhoria da margem bruta de comercialização e a redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, contribuiu de forma decisiva para o aumento do resultado líquido de exploração, quando comparado com o resultado do ano de 2014.

De acordo com o gráfico, o nível dos resultados líquidos dos últimos três exercícios económicos é o seguinte:



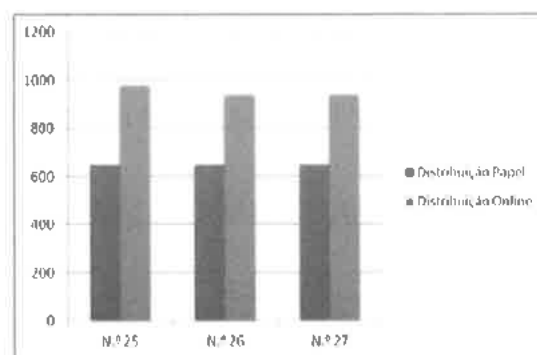
Concluído o exercício económico de 2015, e tendo por base os indicadores nacionais do setor das farmácias, a Farmácia da Misericórdia de Gaia apresentou os seguintes indicadores comparativamente aos dados do setor:

- ▶ Resultado Líquido do Exercício: € 53.701,53€
- ▶ EBITDA: € 65.330,52
- ▶ Gastos com Pessoal sobre Volume de Negócios: 20,32%
- ▶ Valor do stock/Média Mensal de Vendas: 1,67

Serviço de Comunicação, Imagem e Marketing

No ano de 2015, o Serviço de Comunicação, Imagem e Marketing da Misericórdia de Gaia editou e publicou as edições da revista **MG NOTÍCIAS** números 25, 26 e 27.

Esta edição trimestral da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia divulga o trabalho desenvolvido e os sucessos atingidos da parte dos colaboradores e dos utentes da Instituição, bem como todas as notícias da Misericórdia e a sua ação na comunidade. Em 2015 prosseguiu o esforço de reduzir o número de impressões em papel e apostar na divulgação da mesma pela via de email marketing.



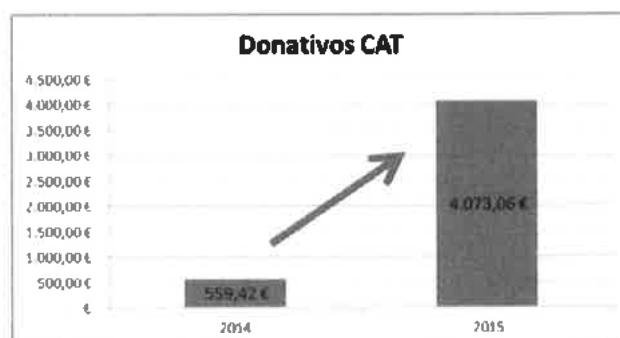
Durante o ano de 2015 o Serviço continuou a apostar com bastante relevo na atualização do sítio na internet da instituição – www.scmg.pt - com informação nova e atualizada sobre os diferentes serviços e eventos da Misericórdia. No mesmo ano, o Serviço publicou e atualizou a sua rede social facebook, a partir da qual a instituição recebe de imediato o feedback aos acontecimentos publicados, sendo um privilegiado meio de interação e comunicação com a comunidade. A preocupação foi de em tempo real dar rápida resposta e enquadramento às frequentes questões e dúvidas que se colocaram, transmitindo, desta forma, uma imagem positiva da Instituição. A partir desta rede chega à Instituição vários comentários de interessados em ingressar o Serviço de Voluntário da Misericórdia de Gaia, assim como interessados na valência da Creche e Jardim de Infância D. Emília de Jesus Costa. O SCIM esteve presente nos eventos promovidos pela instituição, e fez parte da organização da sua maioria; privilegiou a estratégia de Email Marketing, ou seja, sempre que possível optou pelo envio de informação e comunicação da mais diversa ordem junto dos elementos que “constituem” a Misericórdia de Gaia, bem como os seus parceiros e comunidade, através do envio de email. Ao nível da publicidade foi colocada em prática todas as formas de propaganda e publicidade da Misericórdia de Gaia, não sendo, por isso, necessário recorrer-se

a serviços externos para realizar, nomeadamente, cartazes, panfletos, anúncios publicitários divulgados nos órgãos de comunicação internos da Instituição e respetivos equipamentos/unidades. No que diz respeito à Assessoria de Imprensa e Comunicação estabeleceu-se contacto com os órgãos de comunicação sociais locais e nacionais, através do envio de *press releases*/comunicados de imprensa a dar conhecimento de todas as iniciativas da Instituição, coordenação de entrevistas, elaboração do arquivo de todas as notícias que saem na comunicação social sobre a Misericórdia de Gaia, tendo em conta as limitações do *clipping*/triagem disponíveis.

O ano de 2015 foi profícuo ao nível de campanhas e doações. O Serviço deu continuidade ao esforço desenvolvido nos anos anteriores quanto à divulgação da Consignação de 0,5% do I.R.S. dos cidadãos para a Instituição.



No entanto, o maior esforço do SCIM em 2015 prendeu-se, essencialmente, com a angariação de bens de higiene e conforto para o Centro de Acolhimento Temporário N.º Sr.ª da Misericórdia, uma vez que é o equipamento que comporta o maior prejuízo para a Instituição. Desta forma, é evidente o claro aumento do n.º de doações conseguidas por este serviço como demonstra o gráfico seguinte:



Para além do aumento significativo de receitas conseguidas em doações em 2015 (aproximadamente mais 3.500,00 que em 2014), traduzindo-se no valor de 4.073,06 € (quatro mil e setenta e três euros e seis cêntimos), o SCIM conseguiu ainda as seguintes ofertas para o CAT:

Entidade	Oferta
Academia do Bacalhau do porto	Almoço de Natal
Jornal O Gaiense	Peça de Teatro
Associação Monte Pedral	Livros
Wall Street English	Brinquedos novos
BPI	Brinquedos novos
Academia Sénior de Gaia	Brinquedos novos
Academia Sénior de Gaia	roupa usada
Academia Sénior de Gaia	6 Poufs

Serviço de Qualidade

No ano de 2015 prosseguiram os trabalhos de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), destacando-se:

- aplicação dos processos referentes à área dos Recursos Humanos;
- início da implementação das ações de melhoria;
- definição de todos os indicadores de gestão;
- avaliação dos indicadores operacionais definidos para o ano 2015.

É também de referir que, ao longo deste projeto da qualidade, tem-se verificado como principal dificuldade a necessidade de estudar as formas de fazer cumprir os procedimentos na prática. Esta dificuldade advém de uma estrutura complexa, ao nível das diferentes áreas de atuação, ao nível da dispersão física dos diversos equipamentos sociais e unidades de exploração e ao nível da própria estrutura de recursos humanos. Neste sentido, e uma vez que o sistema que já se encontra consolidado o permite, o SGQ tem estudado sobre a forma de articular toda a informação necessária à documentação do sistema, para encontrar a solução que melhor se adequa. O objetivo é tornar o sistema exequível permitindo o seu pleno funcionamento.

Património Imóvel

Durante o ano realizaram-se quatro novos contratos de arrendamento e ocorreram 13 denúncias, todos no mercado habitacional.

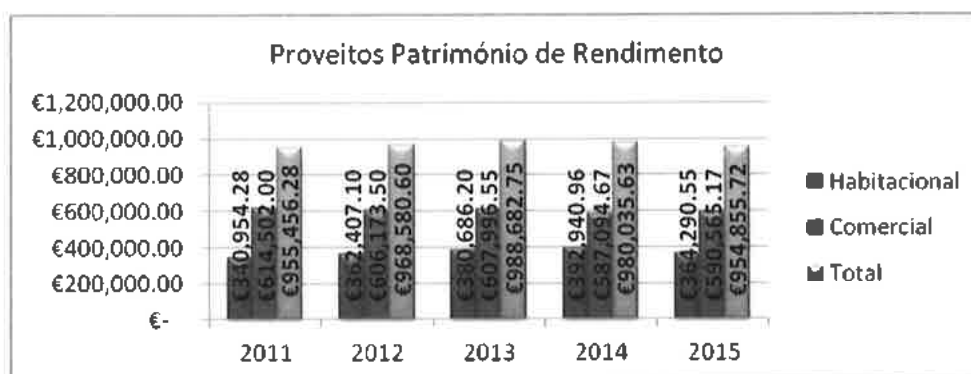
Nos últimos seis anos, a média de celebração de novos contratos de arrendamento é de cerca de 14 contratos, pelo que, em 2015 a média foi bastante inferior.

Quanto às denúncias de contratos de arrendamento, a média anual é de cerca de 19 contratos, pelo que, em 2015, este valor foi substancialmente reduzido.

		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
Novos Arrendamentos	Habitacional	12	15	10	11	18	18	19	23	11	14	4	4
	Comercial	3		1		0		4		3		0	
Denúncia de Arrendamentos	Habitacional	20		22		19		13	18	17	20	13	13
	Comercial							5		3		0	

O património imobiliário é uma das principais fontes de rendimento da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

De acordo com os dados do quadro anterior, a denúncia dos 13 contratos de arrendamento do tipo habitacional é a explicação da redução dos proveitos do património de rendimento.



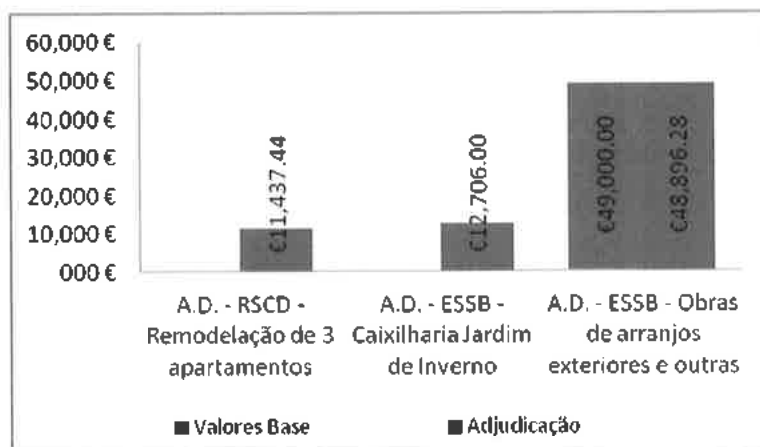
PROCEDIMENTOS CCP

Após o procedimento por concurso público, cujo valor base era de € 276.326,14 (duzentos e setenta e seis mil, trezentos e vinte e seis euros e catorze centimos), sem incluir o IVA, realizado em sete de novembro de dois mil e catorze, foi deliberado em reunião da Mesa Administrativa de três de dezembro de dois mil e catorze, adjudicar à Andrade & Almeida-Construções, Lda., a empreitada de “Requalificação do Equipamento Social Salvador Brandão” preço global de € 231.924,50 (duzentos e trinta e um mil, novecentos e vinte e quatro euros e cinquenta centimos), mais IVA em vigor.

CONTRATO DE EMPREITADA - ADJUDICAÇÃO				
AUTOS	Valor Base Factura	IVA	Restituição IVA Finanças	Total
Auto N.º1	4.205,40 €	967,47 €	483,74 €	4.690,14 €
Auto N.º2	9.297,98 €	2.138,54 €	1.069,27 €	10.367,25 €
Auto N.º3	18.129,70 €	4.169,83 €	2.084,92 €	20.214,62 €
Auto N.º4	27.569,84 €	6.341,06 €	3.170,53 €	30.740,37 €
Auto N.º5	38.458,31 €	8.845,41 €	4.422,71 €	42.881,02 €
Auto N.º6	84.278,37 €	19.384,03 €	9.692,01 €	93.970,38 €
Auto N.º7	49.983,90 €	11.496,30 €	5.748,15 €	55.732,05 €
TOTAL (1)	231.924,50 €	53.342,64 €	26.671,32 €	258.595,82 €

Ainda no âmbito da empreitada de “Requalificação do Equipamento Social Salvador Brandão”, existiram mais dois custos relativos às prestações de serviços de Fiscalização e Coordenação de Saúde e Segurança em Obra que foram adjudicados à empresa Fourempor – Engenharia e Construção, Lda. pelos valores globais de € 3.180,00 (três mil cento e oitenta euros) e de €1.800,00 (mil e oitocentos euros), respetivamente, mais IVA em vigor.

No decorrer do ano de 2015 foram executados neste setor, através de plataforma eletrónica de compras públicas www.compraspt.com ou por carta convite, três procedimentos de ajustes diretos, com resultados conforme o quadro que se segue e um procedimento de concurso público para o “Fornecimento de Energia Elétrica”. O concurso para o fornecimento de energia elétrica apenas teve um concorrente - EDP Comercial – e cuja proposta foi adjudicada para esta prestação de serviços.

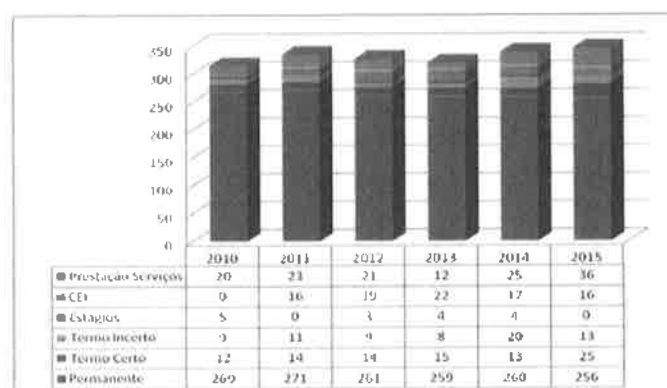


Serviço de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho

Recursos Humanos

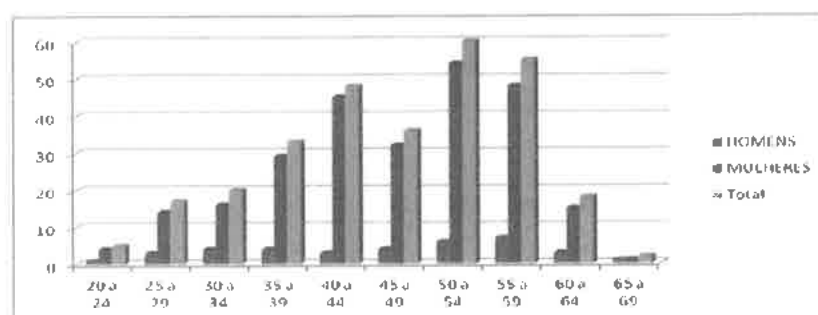
Em 31 de dezembro de 2015, o quadro de recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia era composto por 310 elementos, dos quais 256 com contrato Permanente, 25 em regime de contrato de trabalho a Termo Certo, 13 em regime de contrato de trabalho a Termo Incerto.

Acrescia a estes trabalhadores, 16 contratos Emprego Inserção e 36 Prestadores de Serviços, conforme quadro seguinte.



Quadro de Pessoal - Estrutura Etária

No que diz respeito aos grupos etários, o atual quadro de pessoal da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia apresenta a seguinte configuração, sendo a média de idade dos trabalhadores da Misericórdia 46,21 anos.



Saúde e Segurança no Trabalho

Saúde no Trabalho

Durante o ano de 2015, foram realizadas 329 consultas de saúde no trabalho, distribuídas em função dos seguintes critérios: Tipo de Exame; Sexo; Idade e Resultado.

No período de referência foram atribuídos 34 Aptos Condicionados, mantendo-se ativos 27 destes em dezembro de 2015, num universo predominante situado na faixa etária dos 50 anos (19 pessoas num total de 27).

Segurança no Trabalho

Durante o ano de 2015 foram realizados diversos trabalhos na área de Segurança no Trabalho, com especial destaque para a realização de Simulacros nos Estabelecimentos na área da 3ª Idade e da Infância.

Realçar também a resolução de não conformidades nas condições relativas à Segurança no Trabalho em praticamente todos os Estabelecimentos.

Acidentes de Trabalho

Ao longo dos últimos anos, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia tem feito um esforço para reduzir o número e a gravidade dos acidentes de trabalho que ocorrem na Instituição, quer pela via da formação, quer pela via de dotar os Equipamentos Sociais e as Unidades de Exploração de cada vez mais meios que protejam e facilitem o normal desenvolvimento das tarefas diárias dos colaboradores.

O número de acidentes de trabalho nos últimos 6 anos aparece refletido no quadro seguinte:



Concluimos que o maior número de acidentes se deve a quedas e “maus jeitos”, maioritariamente em funcionários com idades acima dos 50 anos.

Serviço de Voluntariado

O ano de 2015 foi marcado por seis novas admissões no serviço de voluntariado e, por outro lado, pelo falecimento de três voluntários da Misericórdia de Gaia.

Apresentam-se seguidamente alguns dados relativos ao movimento de voluntários ao longo do ano.

Em 31 de dezembro de 2015 o Serviço de Voluntariado da Misericórdia de Gaia integrava 46 voluntários, assim distribuídos:

<i>Estruturas Residenciais Para Pessoas Idosas</i>		<i>Infância</i>	
Equipamento Social Almeida Costa	13	Creche e Jardim de Infância	6
Equipamento Social Salvador Brandão	9	Centro de Acolhimento	9
Equipamento Social Tavares Bastos	7		
Residências Sêniores Conde das Devezas	2		
Total	31	Total	15

No mapa que se segue pode-se observar o movimento de admissões e desistências registado em 2015. As razões da saída de voluntários prendem-se sobretudo com fatores de ordem pessoal/familiar, de saúde, falecimento e de dificuldade de conciliação com a atividade profissional.

Movimento de Voluntários em 2015

	ESAC	ESTB	ESSB	ERCD	CJI	CAT	Total
Admitidos	-	2	2	-	-	2	6
Saídos	4	-	2	2	1	-	9

Em 2015 a Misericórdia de Gaia também integrou, em regime de voluntariado, quatro Licenciadas das áreas da Psicologia, Belas Artes e Psicogerontologia, para colaboração no projeto "Tears of Hope" - projeto de intervenção psicológica desenvolvido nos Equipamentos e dirigido a um grupo de doentes de Alzheimer, com demência em fase inicial e fase moderada.

O ano de 2015 foi marcado pelo falecimento de três voluntários, sendo pois nosso dever expressar a nossa profunda gratidão e sentida homenagem aos voluntários falecidos:

Sr. Manuel de Oliveira Leite, Voluntário no Equipamento Social Salvador Brandão desde fevereiro de 2001. Faleceu no dia 17 de fevereiro de 2015, com 80 anos de idade.

D. Maria José de Abreu Freire Cirne Cabral, Voluntária do Equipamento Social António Almeida da Costa desde março de 1993. Faleceu no dia 9 de março de 2015, com 92 anos de idade.

D. Maria Cecília Henriques Cardoso, Voluntária no Serviço de Apoio Domiciliário – Equipamento Social António Almeida da Costa desde outubro de 2013. Faleceu em 18 de outubro de 2015, com 70 anos de idade.

Arquivo e Centro de Documentação

No ano de 2015 estabeleceram-se novos objetivos não só em relação ao arquivo histórico permanente, mas, também, de forma mais abrangente, à gestão documental.

No âmbito de uma organização mais funcional da documentação, que irá facilitar o seu tratamento arquivístico e influenciar positivamente toda a economia relacionada, contactou-se o Arquivo Distrital do Porto – DGLAB para assessorar no desenvolvimento de um dispositivo legal que regule o exercício de gestão documental - Portaria de Gestão Documental. Foram convidadas outras instituições no objetivo de elaborar um regulamento comum aos estatutos privados das Santas Casas.

Juntamente com o projeto da constituição de uma portaria documental, a Misericórdia de Gaia baseou-se no Manual “Orientações para elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação documental: portarias de gestão de documentos e relatórios de avaliação” (DGLAB) para avaliar as massas documentais acumuladas que aparentemente, desprovidas de valor administrativo, poderão ser eliminadas após autorização da DGLAB.

O protocolo com o Arquivo Histórico Municipal Sophia de Mello Breyner (AHMSMB) tem possibilitado a inclusão de arquivo histórico da Misericórdia de Gaia em eventos culturais, nomeadamente “Sob Guerra | Gaia no Feminino 1914-1918” e a exposição sobre a vida e obra do benemérito António Almeida da Costa, “António Almeida da Costa - arte, formação, indústria & inovação”, que assinalou o primeiro centenário da sua morte. Para além destas atividades o AHMSMB subsidia importantes contributos através do aconselhamento técnico e sensibilização para a produção científica relevante na área arquivística, enquanto instrumentos de capacitação do trabalho técnico levado a cabo na Misericórdia de Gaia.

Toda a documentação administrativa intermédia está a ser concentrada no Arquivo e Centro de Documentação; o arquivo permanente de interesse histórico e cultural começou por ser alvo de uma ação de limpeza e desinfeção com metodologias de intervenção apropriadas aos materiais já fragilizados. No mesmo sentido procedeu-se à avaliação e monitorização das condições ambientais do depósito de arquivo.

Parcerias e Protocolos

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia manteve a sua disponibilidade para colaborar com várias Entidades para o bem comum, e no ano de 2015 estabeleceu três novos Protocolos:

- ▶ Protocolo com *Boom Academy*, para aulas em Ginásio | Aulas de Grupo | Dança | Artes Maciais;
- ▶ Protocolo com a PHARMOPLUS para consultas de optometria e contactologia e material ótico;
- ▶ Protocolo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia do Porto no sentido de manter ativo um sistema de troca de informação das boas práticas existentes nos seus espaços geográficos.

Academia Sénior

Registamos com muito agrado o aumento do número de alunos da Academia Sénior de Gaia no período letivo 2014/2015, com destaque positivo para as disciplinas preferenciais de Inglês, Informática e Pintura.

Religião e Culto

Conforme prevê o Compromisso, a Santa Casa assegurou a manutenção das Capelarias nos Equipamentos Sociais Salvador Brandão, António Almeida da Costa, Tavares Bastos e Residências Seniores Conde das Devezas, as quais prestaram ao longo do ano a assistência espiritual e religiosa aos utentes, e celebraram missas por alma das pessoas indicadas nos testamentos e doações que são feitas à Misericórdia.

Na Creche e Jardim de Infância, foram realizadas celebrações adequadas às idades das crianças, pela Páscoa e pelo Natal.

Eventos Culturais

86.º Aniversário da Santa Casa

100.º Aniversário do Equipamento Social António Almeida da Costa

Comemorou-se o 86.º Aniversário da fundação da nossa Irmandade e o 100.º Aniversário do Equipamento Social António Almeida da Costa, no dia 26 de junho, com uma Celebração Eucarística no Pavilhão Joaquim de Oliveira Lopes, presidida por Sua Excelência Reverendíssima D. António Francisco dos Santos, Bispo do Porto seguida de uma Sessão Solene marcada por vários momentos: entrega de Diplomas de Irmãos Honorários a ex-Provedores; entronização de novos Irmãos; apresentação de novos Voluntários; homenagem aos Colaboradores com 25 anos de serviço e descerramento de placa alusiva ao centenário no Equipamento Social António Almeida da Costa. A cerimónia terminou com um almoço nos jardins do Complexo Social António Almeida da Costa.

Dia da Mulher

A Mesa Administrativa prestou a sua homenagem no Dia Internacional da Mulher a todas as Colaboradoras e Utentes da Santa Casa, oferecendo uma flor.

Dia da Padroeira

A Misericórdia assinalou o Dia de N.ª Sr.ª da Misericórdia nos seus Equipamentos com a celebração de uma Eucaristia de Ação de Graças.

Outros Eventos

De entre os vários eventos ocorridos durante o ano, destacamos a presença da Santa Casa nos seguintes:

Congresso Nacional das Misericórdias Portuguesas, organizado pela União das Misericórdias Portuguesas e que teve lugar no mês de junho, na Madeira;

XI Congresso Internacional das Misericórdias e 25.º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Brasil, que decorreu em Salvador da Bahia.

Proposta de aplicação de resultados

A Mesa Administrativa propõe que a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2015, no valor de € 169,394.98 (Cento e sessenta e nove mil trezentos e noventa e quatro euros e noventa e oito cêntimos), seja feita através da Conta de Resultados Transitados.

Legados e Doações

Durante o ano de 2015 a residente D. Maria Alice Ferreira Lucas doou à Instituição duas frações do prédio sito na Rua São João de Brito, n.º 20, Cave, na Freguesia de Águas Livres, Município da Amadora, Distrito de Lisboa.

Por doação de duas irmãs e ex-utentes do Salvador Brandão, com reserva do usufruto até à morte da última, o que aconteceu no mês de setembro do ano de 2015, passou à posse plena da Misericórdia uma habitação sita na Avenida de Francelos, n.º 910, freguesia de Gulpilhares, Vila Nova de Gaia.

Tombo dos Irmãos

Admissões | Desistências e Falecimentos

Durante o ano 2015, a Mesa Administrativa aprovou a admissão de 11 Irmãos, desistência de 4 e tomou conhecimento do falecimento de 16 Irmãos.

Irmãos Honorários

Em 2015 foi concedida a dignidade de Irmãos Honorários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia aos Irmãos ex-Provedores Senhores,

Bernardino de Andrade Maia

Dr. Valdemar Teixeira de Castro Chaves

Dr. José Tavares Pinto Brandão

e ex-Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Prof. Eng.º Joaquim Manuel Veloso Poças Martins

Irmãos Beneméritos

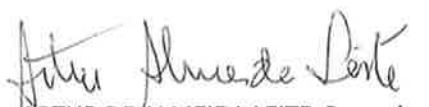
Em 2015 o quadro de Irmãos Beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia manteve-se: Câmara Municipal de V. N. Gaia; Rotary Club de V. N. Gaia; Dr.^a Alice Alvim Pena e seu marido Senhor Eduardo Gonçalves Teixeira; D. Ana Emília Fernandes Paulino Ferreira; D. Maria Manuela Carvalho Sadio; Dr.^a Maria Eduarda Figueiras Pinto Ribeiro; D. Alda Conceição Oliveira Sousa; Coronel José Bernardo Zeferino (a título póstumo).

Notas Finais

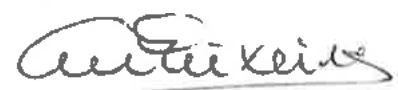
A Mesa Administrativa reitera os agradecimentos já expressos pelo Sr. Provedor a todas as Entidades que, pelas mais variadas formas, colaboraram com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Finalmente, a Mesa Administrativa gostaria de expressar a sua gratidão a todos os Colaboradores da Instituição que, sendo o recurso mais valioso desta Santa Casa, demonstraram flexibilidade, espírito de sacrifício e dedicação, cujos esforços se encontram claramente na base dos resultados atingidos durante o ano que agora findou.

Vila Nova de Gaia, 3 de março de 2016.



ARTUR DE ALMEIDA LEITE, Provedor



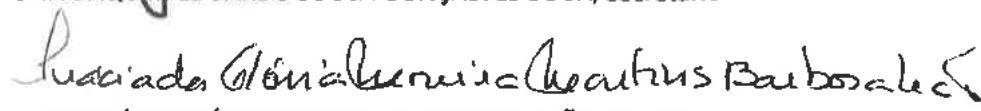
DR. ANTÓNIO CARLOS ALMEIDA TEIXEIRA, Vice-Provedor



LUÍS MARQUES GOMES, Tesoureiro



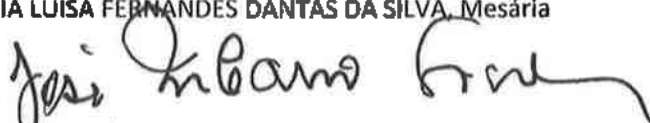
DR. JOAQUIM EDUARDO SOUSA GONÇALVES DE SÁ, Secretário



DR.ª INÁCIA GLÓRIA MOREIRA M. BARBOSA LEÃO, Mesária



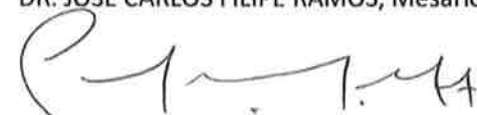
DR.ª MARIA LUISA FERNANDES DANTAS DA SILVA, Mesária



DR. JOSÉ URBANO SOARES, Mesário



DR. JOSÉ CARLOS FILIPE RAMOS, Mesário



DR. MÁRIO RUI-FIGUEIRA CAMPOS FONTEMANHA, Mesário



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015

Índice

Balanço	38
Demonstração dos Resultados por Valência	40
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.....	44
Demonstração dos Fluxos de Caixa	46
Anexo	47
1. Identificação da Entidade	47
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	47
3. Principais Políticas Contabilísticas	48
3.1. Bases de Apresentação	48
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	49
4. Ativos Fixos Tangíveis	57
5. Ativos Intangíveis	58
6. Bens do património histórico, artístico e cultural	59
7. Locações	60
8. Custos de Empréstimos Obtidos	60
9. Inventários	61
10. Rédito	61
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	62
12. Subsídios, doações e legados à exploração	62
13. Benefícios dos empregados	62
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	63
15. Outras Informações	63
15.1. Investimentos Financeiros	63
15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	64
15.3. Clientes e Utentes	64

15.4. Outras contas a receber	65
15.5. Diferimentos	65
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	66
15.7. Fundos Patrimoniais	66
15.8. Fornecedores	66
15.9. Estado e Outros Entes Públicos	67
15.10. Outras Contas a Pagar	67
15.11. Fornecimentos e serviços externos	67
15.12. Outros rendimentos e ganhos	68
15.13. Outros gastos e perdas	69
15.14. Resultados Financeiros	69
15.15. Acontecimentos após data de Balanço	69

Demonstração dos Resultados por Valência

EQUIPAMENTO SOCIAL SALVADOR BRANDÃO

	Internamento	Centro Dia	Apólos Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	600,060.37	61,958.71	36,600.55	698,619.63
Subsídios, doações e legados à exploraç	521,961.04	24,380.28	94,679.65	641,020.97
ISS, IP - Centros Distritais	510,301.68	23,854.32	94,116.13	628,272.13
Subsídios, doações e legados à exploração	11,659.36	525.96	563.52	12,748.84
Varição nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(36,942.42)	(4,134.66)	(4,430.00)	(45,507.08)
Fornecimentos e serviços externos	(475,379.11)	(52,746.23)	(48,713.12)	(576,838.46)
Gastos com o pessoal	(614,421.13)	(68,899.97)	(73,821.39)	(757,142.49)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(11,081.52)	(1,242.66)	(1,331.42)	(13,655.60)
Provisões (aumentos/reduções)	(27,844.71)	(417.12)	(446.92)	(28,708.75)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	479,450.18	51,858.73	55,562.92	586,871.83
Rendas propriedades de investimento	347,963.96	39,019.99	41,807.13	429,791.08
Outros rendimentos e ganhos	131,486.22	12,838.74	13,755.79	158,080.75
Outros gastos e perdas	(12,445.54)	(936.07)	(1,002.94)	(14,384.55)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	423,357.16	9,821.01	57,097.33	490,275.50
Gastos/reversões de depreciação e de a	(106,319.75)	(11,009.97)	(11,796.39)	(129,126.11)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	317,037.41	(1,188.96)	45,300.94	361,149.39
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(1,410.61)	(158.18)	(169.48)	(1,738.27)
Resultado antes de impostos	315,626.80	(1,347.14)	45,131.46	359,411.12
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	315,626.80	(1,347.14)	45,131.46	359,411.12

EQUIPAMENTO SOCIAL ANTÔNIO ALMEIDA COSTA

	Internamento	Centro Dia	Apólos Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	577,473.48	61,644.19	33,676.89	672,794.56
Subsídios, doações e legados à exploraç	453,553.52	37,161.74	75,368.69	566,083.95
ISS, IP - Centros Distritais	441,831.35	36,108.48	74,396.36	552,336.19
Subsídios, doações e legados à exploração	11,722.17	1,053.26	972.33	13,747.76
Varição nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(35,502.54)	(4,441.29)	(4,099.99)	(44,043.82)
Fornecimentos e serviços externos	(444,767.61)	(54,771.19)	(44,576.06)	(544,114.86)
Gastos com o pessoal	(568,283.84)	(71,670.99)	(66,163.27)	(706,118.10)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(10,411.61)	(1,313.09)	(1,212.19)	(12,936.89)
Provisões (aumentos/reduções)	(27,619.84)	(440.76)	(406.89)	(28,467.49)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	267,702.32	32,012.05	29,552.01	329,266.38
Rendas propriedades de investimento	197,615.70	24,922.95	23,007.69	245,546.34
Outros rendimentos e ganhos	70,086.62	7,089.10	6,544.32	83,720.04
Outros gastos e perdas	(12,511.19)	(1,345.86)	(1,242.43)	(15,099.48)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	199,632.69	(3,165.20)	20,896.76	217,364.25
Gastos/reversões de depreciação e de a	(52,076.18)	(6,567.76)	(6,063.04)	(64,706.98)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	147,556.51	(9,732.96)	14,833.72	152,657.27
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(523.50)	(66.02)	(60.95)	(650.47)
Resultado antes de impostos	147,033.01	(9,798.98)	14,772.77	152,006.80
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	147,033.01	(9,798.98)	14,772.77	152,006.80

EQUIPAMENTO SOCIAL JOSÉ TAVARES BASTOS

	Internamento	Centro Dia	Ipólos Domicílio	TOTAL
Vendas e serviços prestados	330,869.94	43,084.24	38,919.77	412,873.95
Subsídios, doações e legados à exploração	284,906.97	24,754.92	74,511.53	384,173.42
ISS, IP - Centros Distritais	274,759.64	23,909.78	73,576.91	372,246.33
Subsídios, doações e legados à exploração	10,147.33	845.14	934.62	11,927.09
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(25,232.06)	(2,600.28)	(2,875.61)	(30,707.95)
Fornecimentos e serviços externos	(260,234.39)	(29,794.79)	(32,093.79)	(322,122.97)
Gastos com o pessoal	(411,892.62)	(42,644.18)	(47,159.45)	(501,696.25)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(7,670.85)	(794.18)	(878.27)	(9,343.30)
Provisões (aumentos/reduções)	(26,699.86)	(266.58)	(294.81)	(27,261.25)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	164,012.89	16,577.23	18,332.46	198,922.58
Rendas propriedades de investimento	118,128.48	12,230.11	13,525.06	143,883.65
Outros rendimentos e ganhos	45,884.41	4,347.12	4,807.40	55,038.93
Outros gastos e perdas	(5,080.60)	(478.70)	(529.38)	(6,088.68)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	42,979.42	7,837.68	47,932.45	98,749.55
Gastos/reversões de depreciação e de a	(25,657.45)	(2,656.37)	(2,937.64)	(31,251.46)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	17,321.97	5,181.31	44,994.81	67,498.09
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(385.69)	(39.93)	(44.16)	(469.78)
Resultado antes de impostos	16,936.28	5,141.38	44,950.65	67,028.31
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	16,936.28	5,141.38	44,950.65	67,028.31

CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA D. EMÍLIA JESUS COSTA

	Creche	Jardim		TOTAL
Vendas e serviços prestados	100,430.38	142,099.66	-	242,530.04
Subsídios, doações e legados à exploração	210,388.69	252,335.61	-	462,724.30
ISS, IP - Centros Distritais	204,801.43	247,091.88	-	451,893.31
Subsídios, doações e legados à exploração	5,587.26	5,243.73	-	10,830.99
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(2,924.81)	(4,208.88)	-	(7,133.69)
Fornecimentos e serviços externos	(64,236.06)	(98,864.84)	-	(163,100.90)
Gastos com o pessoal	(222,122.87)	(319,640.23)	-	(541,763.10)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(3,291.61)	(4,736.72)	-	(8,028.33)
Provisões (aumentos/reduções)	(1,186.95)	(1,708.05)	-	(2,895.00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	28,966.22	41,683.09	-	70,649.31
Rendas propriedades de investimento	12,215.63	17,578.58	-	29,794.21
Outros rendimentos e ganhos	16,750.59	24,104.51	-	40,855.10
Outros gastos e perdas	(1,304.83)	(1,800.69)	-	(3,105.52)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	44,718.16	5,158.95	-	49,877.11
Gastos/reversões de depreciação e de a	(25,679.47)	(36,953.39)	-	(62,632.86)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	19,038.69	(31,794.44)	-	(12,755.75)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(195.71)	(281.63)	-	(477.34)
Resultado antes de impostos	18,842.98	(32,076.07)	-	(13,233.09)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	18,842.98	(32,076.07)	-	(13,233.09)



CENTRO ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO Nº SRº DA MISERICÓRDIA

	CAT	TOTAL
Vendas e serviços prestados	9,759.01	9,759.01
Subsídios, doações e legados à exploraç	162,892.82	162,892.82
ISS, IP - Centros Distritais	140,178.47	140,178.47
Subsídios, doações e legados à exploração	22,714.35	22,714.35
Variação nos inventários da produção	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(6,377.62)	(6,377.62)
Fornecimentos e serviços externos	(57,221.38)	(57,221.38)
Gastos com o pessoal	(218,450.68)	(218,450.68)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(2,874.86)	(2,874.86)
Provisões (aumentos/reduções)	(965.00)	(965.00)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	21,846.26	21,846.26
Rendas propriedades de investimento	9,931.40	9,931.40
Outros rendimentos e ganhos	11,914.86	11,914.86
Outros gastos e perdas	(5,781.97)	(5,781.97)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(97,173.42)	(97,173.42)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(9,944.40)	(9,944.40)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(107,117.82)	(107,117.82)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(144.53)	(144.53)
Resultado antes de impostos	(107,262.35)	(107,262.35)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado Líquido do Período	(107,262.35)	(107,262.35)

SERVICO DE AÇÃO SOCIAL - SAS

	DIC	TOTAL
Vendas e serviços prestados	361.35	361.35
Subsídios, doações e legados à exploraç	28,662.38	28,662.38
ISS, IP - Centros Distritais	28,349.28	28,349.28
Subsídios, doações e legados à exploração	313.10	313.10
Variação nos inventários da produção	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das n	(438.50)	(438.50)
Fornecimentos e serviços externos	(4,662.67)	(4,662.67)
Gastos com o pessoal	(51,644.64)	(51,644.64)
Ajustamentos de inventários (perdas/r	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perda	(1,078.07)	(1,078.07)
Provisões (aumentos/reduções)	(361.88)	(361.88)
Provisões específicas (aumentos/reduç	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-
Outros rendimentos e ganhos	8,887.34	8,887.34
Rendas propriedades de investimento	3,724.28	3,724.28
Outros rendimentos e ganhos	5,163.06	5,163.06
Outros gastos e perdas	(8,112.46)	(8,112.46)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(28,387.15)	(28,387.15)
Gastos/reversões de depreciação e de a	(2,209.48)	(2,209.48)
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(30,596.63)	(30,596.63)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros e gastos similares suportados	(54.21)	(54.21)
Resultado antes de impostos	(30,650.84)	(30,650.84)
Imposto sobre o rendimento do período	-	-
Resultado Líquido do Período	(30,650.84)	(30,650.84)

OUTRAS ATIVIDADES

	Estrutura Residencial Conde das Devesas	Farmácia da Misericórdia	Clinica Fisiatrica	Sector de Obras, Manutenção e Património	Academia Sénior Gaia
Vendas e serviços prestados	430,535.27	986,108.37	530,877.36	4,657.20	87,693.00
Subsídios, doações e legados à exploração TSS, IP - Centros Distritais	10,333.29	3,740.23	1,043.66	5,815.65	-
Subsídios, doações e legados à exploração	10,333.29	3,740.23	1,043.66	5,815.65	-
Variação nos inventários da produção	-	-	-	-	-
Trabalhos para a própria entidade	-	-	-	57,591.52	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat	(20,183.70)	(736,193.65)	(16,983.63)	(786.64)	-
Fornecimentos e serviços externos	(278,762.92)	(39,239.34)	(246,108.22)	(29,772.33)	(66,397.13)
Gastos com o pessoal	(499,725.89)	(200,471.71)	(284,437.56)	(224,439.64)	-
Ajustamentos de inventários (perdas/rev	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/	(7,905.89)	(4,671.65)	(3,593.58)	(7,187.16)	-
Provisões (aumentos/reduções)	(2,653.76)	(1,568.12)	(1,206.25)	(2,412.50)	-
Provisões específicas (aumentos/redução	-	-	-	-	-
Outras imparidades (perdas/reversões)	-	-	-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor	-	-	-	-	-
Outros rendimentos e ganhos	118,888.94	62,485.53	24,962.59	213,552.99	-
Rendas propriedades de investimento	39,803.46	16,138.53	12,414.25	24,828.51	-
Outros rendimentos e ganhos	79,085.48	46,347.00	12,548.34	188,724.48	-
Outros gastos e perdas	(8,551.30)	(4,859.14)	(2,921.04)	(2,644.51)	(346.97)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(258,025.96)	65,330.52	1,633.33	14,374.58	20,948.90
Gastos/reversões de depreciação e de am	(58,953.97)	(11,394.10)	(13,763.99)	(14,013.21)	-
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)	(316,979.93)	53,936.42	(12,130.66)	361.37	20,948.90
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	(397.52)	(234.89)	(3,047.29)	(361.37)	-
Resultado antes de impostos	(317,377.45)	53,701.53	(15,177.95)	(0.00)	20,948.90
Imposto sobre o rendimento do período	-	-	-	-	-
Resultado Líquido do Período	(317,377.45)	53,701.53	(15,177.95)	(0.00)	20,948.90

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2014

Unidade Monetária: Euros

FUNDOES PATRIMONIAIS ATRIBUÍDOS AOS INSTITUIDORES DA ENTIDADE-MÃE												Interesses minoritários		Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total				
1	1	3.588.634,24	-	3.835.274,03	(25.754,00)	-	-	2.096.751,17	188.790,31	9.683.695,75	-	9.683.695,75		
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
2		-	-			-	-	(45.283,60)		(45.283,60)	-	(45.283,60)		
		-	-			-	-	(45.283,60)		(45.283,60)	-	(45.283,60)		
3									75.116,84	75.116,84	-	75.116,84		
4=2+3									75.116,84	29.833,24	-	29.833,24		
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
5					188.790,31			603.740,52	(188.790,31)	603.740,52		603.740,52		
					188.790,31	-	-	603.740,52	(188.790,31)	603.740,52	-	603.740,52		
5=1+2+3+4		3.588.634,24	-	3.835.274,03	163.036,31	-	-	2.655.208,09	75.116,84	10.317.269,51	-	10.317.269,51		

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2015

Unidade Monetária: Euros												
DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6		3.588,634,24	-	3.835,274,03	163,036,31	-	-	2.655,208,09	75,116,84	10.317,269,51	-	10.317,269,51
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contábilístico											-	-
Alterações de políticas contábilísticas											-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	-	-	-	(46,408,55)	-	(46,408,55)	-	(46,408,55)
8												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO									169,394,98	169,394,98	-	169,394,98
9-7+8									169,394,98	122,986,43	-	122,986,43
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados					75,116,84			194,250,00	(75,116,84)	194,250,00	-	194,250,00
Outras operações												
10		-	-	-	75,116,84	-	-	194,250,00	(75,116,84)	194,250,00	-	194,250,00
6+7+8+10		3.588,634,24	-	3.835,274,03	238,153,15	-	-	2.803,049,54	169,394,98	10.634,505,94	-	10.634,505,94

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Unidade Monetária: Euro

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	PERÍODOS
		2015	2014
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		5,297,942.52	5,253,431.91
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(3,091,080.85)	(3,224,383.88)
Pagamentos ao pessoal		(3,772,031.54)	(3,813,139.05)
Caixa gerada pelas operações		(1,565,169.87)	(1,784,091.02)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		1,724,487.41	2,623,685.23
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		159,317.54	839,594.21
<u>Fluxos de caixa das actividade de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(375,697.04)	(63,264.39)
Ativos intangíveis		(315.99)	(2,791.18)
Investimentos financeiros		(1,702.35)	(1,285.82)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		150,000.00	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		868.51	342.53
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		5,000.00	-
Juros e rendimentos similares		23,560.80	15,551.18
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(198,286.07)	(51,447.68)
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(37,864.16)	(244,477.48)
Juros e gastos similares		(4,709.09)	(15,841.66)
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(42,573.25)	(260,319.14)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(81,541.78)	527,827.39
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1,289,923.83	762,096.44
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1,208,382.05	1,289,923.83

Anexo

1. Identificação da Entidade

A “Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” em 26 de junho de 1929, com registo definitivo publicado em Diário da Republica n.º 47, Série III; de 25 de Fevereiro de 2003, e tem a sua sede social em Rua Teixeira Lopes n.º 33 em Vila Nova de Gaia.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa, na reunião de 03 de Março de 2016. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* e *"Diferimentos"*.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas

e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edificações ligeiras	10
Edificações afetas à indústria agropecuária	25
Outros edifícios e construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento e utensílios	4
Equipamento administrativo	6
Equipamento informático	5
Taras e vasilhame	8
Animais produtivos, de trabalho e de reprodução	6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

Bens do património histórico e cultural

Os “*Bens do património histórico e cultural*” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “*Variações nos fundos patrimoniais*”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.



Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

Não tendo sido possível proceder à avaliação e decomposição dos valores dos imóveis que compõe o património afeto ao arrendamento da Santa Casa, mantiveram-se os mesmos em Ativos Fixos Tangíveis, pelo valor pelo qual constavam da contabilidade, tendo sido este o custo considerado.

Existe, no entanto, uma quantidade significativa de imóveis, descritos no “Livro Branco”, que poderão vir a ser reclassificados para propriedades de investimento.

Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida após a data de aquisição. Os resultados da entidade incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição (Goodwill) é mantido no valor do investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo é reconhecido como um rendimento do exercício.

Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao valor nominal.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2014						
	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2014
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	781,589.54	1,008.99	-	-	-	782,598.53
Edifícios e outras construções	14,282,390.70	3,026.97	-	26,798.20	-	14,312,215.87
Equipamento básico	1,668,126.38	14,537.47	-	-	-	1,682,663.85
Equipamento de transporte	430,802.92	-	-	-	-	430,802.92
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	429,748.04	17,595.99	-	-	-	447,344.03
Investimentos em curso	774,521.27	67,951.33	(44,379.91)	(26,798.20)	-	771,294.49
Outros Ativos fixos tangíveis	31,370.38	2,183.53	-	-	-	33,553.91
Total	18,398,549.23	106,304.28	(44,379.91)	-	-	18,460,473.60
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(5,148,919.77)	(284,034.55)	-	-	-	(5,432,954.32)
Equipamento básico	(1,398,120.92)	(71,545.33)	-	-	-	(1,469,666.25)
Equipamento de transporte	(391,736.62)	(19,694.67)	-	-	-	(411,431.29)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(377,199.07)	(25,241.66)	-	-	-	(402,440.73)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(23,111.83)	(517.27)	-	-	-	(23,629.10)
Total	(7,339,088.21)	(401,033.48)	-	-	-	(7,740,121.69)
TOTAL LIQUIDO 2014						10,720,351.91

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Rev	Saldo em 31-Dez-2015
Ativo Fixo Tangível						
Terrenos e recursos naturais	782,598.53	47,312.50	-	-	-	829,911.03
Edifícios e outras construções	14,312,215.87	141,937.50	(3,500.00)	156,345.48	-	14,606,998.85
Equipamento básico	1,682,663.85	26,475.46	(18,269.03)	-	-	1,690,870.28
Equipamento de transporte	430,802.92	49,184.01	(117,676.30)	-	-	362,310.63
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	447,344.03	38,096.77	(4,804.04)	-	-	480,636.76
Investimentos em curso	771,294.49	529,129.37	-	(156,345.48)	-	1,144,078.38
Outros Ativos fixos tangíveis	33,553.91	-	(300.00)	-	-	33,253.91
Total	18,460,473.60	832,135.61	(144,549.37)	-	-	19,148,059.84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	(5,432,954.32)	(285,438.51)	3,220.00	-	-	(5,715,172.83)
Equipamento básico	(1,469,666.25)	(69,336.58)	17,529.03	-	-	(1,521,473.80)
Equipamento de transporte	(411,431.29)	(11,799.68)	117,676.30	-	-	(305,554.67)
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	(402,440.73)	(28,581.39)	3,661.23	-	-	(427,360.89)
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	(23,629.10)	(772.91)	1,510.00	-	-	(22,892.01)
Total	(7,740,121.69)	(395,929.07)	143,596.56	-	-	(7,992,454.20)
TOTAL LIQUIDO 2015						11,155,605.64

5. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Programas de Computador	10,100.34	1,313.03	-	-	-	11,413.37
Total	10,100.34	1,313.03	-	-	-	11,413.37
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	(4,075.80)	(2,807.49)	-	-	-	(6,883.29)
Total	(4,075.80)	(2,807.49)	-	-	-	(6,883.29)
TOTAL LIQUIDO	6,024.54					4,530.08

6. Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2014 e 2015, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
Custo						
Bens móveis	51,211.59	885.60	-	-	-	52,097.19
Total	51,211.59	885.60	-	-	-	52,097.19

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
Custo						
Bens móveis	52,097.19	-	-	-	-	52,097.19
Total	52,097.19	-	-	-	-	52,097.19

7. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2015			2014		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	41,198.85	(14,299.44)	26,899.41	41,198.85	(7,435.70)	33,763.15
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	41,198.85	(14,299.44)	26,899.41	41,198.85	(7,435.70)	33,763.15

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	12,603.40	317.29	12,920.69	13,503.96	1,024.45	14,528.41
De um a cinco anos	-	-	-	12,616.69	317.29	12,933.98
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	12,603.40	317.29	12,920.69	26,120.65	1,341.74	27,462.39

8. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Amortização de Capital e Juros suportados:

Descrição	2015			2014		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	200,000.00	7,190.14	207,190.14
De um a cinco anos	24,346.91	3,672.19	28,019.10	31,649.89	5,354.00	37,003.89
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	24,346.91	3,672.19	28,019.10	231,649.89	12,544.14	244,194.03

O valor dos financiamentos obtidos no final de 2014 e 2015 é o seguinte:

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	21,327.76	66,492.00	87,819.76	23,778.22	88,388.45	112,166.67
Locações Financeiras	10,521.92	2,081.48	12,603.40	13,503.96	12,616.69	26,120.65
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Total	31,849.68	68,573.48	100,423.16	37,282.18	101,005.14	138,287.32

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2014
Mercadorias	151,354.71	775,454.52		(793,924.07)	132,885.16
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	70,226.56	166,941.65	-	(159,326.88)	77,841.33
Total	221,581.27	942,396.17	-	(953,250.95)	210,726.49

Descrição	Inventário em 01-Jan-2015	Compras	Regularização Existências	CMVMC	Inventário em 31-Dez-2015
Mercadorias	132,885.16	739,477.03	-	(734,734.70)	137,627.49
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	77,841.33	176,288.66	-	(173,621.58)	80,508.41
Total	210,726.49	915,765.69	-	(908,356.28)	218,135.90

10. Rédito

Para os períodos de 2014 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	984,118.94	1,025,534.23
Prestação de Serviços	3,092,690.80	3,136,790.32
Quotas dos utilizadores	2,489,839.99	2,543,041.26
Quotas e Jóias	24,090.10	19,011.00
Invalidez e Reabilitação	576,088.94	571,808.15
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Outros Serviços	2,671.77	2,929.91
SubTotal	4,076,809.74	4,162,324.55
Juros	18,283.49	23,073.14
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	4,095,093.23	4,185,397.69

11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2014	Aumentos	Diminuições	2015
Processos judiciais em curso	20,000.00	96,500.00	20,000.00	96,500.00
Total	20,000.00	96,500.00	20,000.00	96,500.00

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de Dezembro de 2014 e 2015, a Entidade reconheceu os seguintes valores em "Subsídios, doações e legados à exploração":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo	2,228,757.33	2,251,711.04
Centro Regional Segurança Social	2,173,275.71	2,114,225.86
Instituto Emprego e Formação Profissional	55,481.62	80,710.82
POPH - Formação	-	36,249.75
Programa PIEF	-	16,000.01
Câmara Municipal vila Nova Gaia	-	4,524.60
Apoios do Governo	-	-
Sub-Total	2,228,757.33	2,251,711.04
Descrição	2015	2014
Subsídios de outras entidades	4,534.31	8,794.47
Doações	33,199.03	125,186.47
Heranças	-	-
Legados	-	-
Sub-Total	37,733.34	133,980.94
TOTAL	2,266,490.67	2,385,691.98

13. Benefícios dos empregados

O número de membros da Mesa Administrativa, nos períodos de 2014 e 2015, foi de 9.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2014 foi de 314 e em 31/12/2015 foi de 310.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	3,239,897.74	3,228,276.67
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	15,000.00
Encargos sobre as Remunerações	671,062.97	661,109.52
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	45,422.18	30,690.47
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	29,507.17	45,838.15
Total	3,985,890.06	3,980,914.81

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210 da Lei 110/2009 de 16 de Setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas foram de 9.225,00€.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos noutras empresas	12,548.18	12,548.18
Outros Investimentos Financeiros	3,019.88	3,019.88
Fundo Compensação Segurança Social	1,807.76	1,032.62
Perdas por Imparidade Acumuladas	(1,472.03)	-
Total	15,903.79	16,600.68

15.2. Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	63,292.93	47,432.83
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
Perdas por imparidade	(44,807.92)	-
Total	18,485.01	47,432.83
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
Total	-	-

15.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c	187,821.29	183,366.33
Clientes	131,791.47	126,120.92
Inquilinos	17,206.34	11,701.03
Utentes	38,823.48	45,544.38
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	252,295.29	226,812.11
Clientes	5,722.99	5,722.99
Inquilinos	128,891.54	121,030.03
Utentes	117,680.76	100,059.09
Perdas por imparidade acumuladas	(252,295.29)	(226,812.11)
Clientes	(5,722.99)	(5,722.99)
Inquilinos	(128,891.54)	(121,030.03)
Utentes	(117,680.76)	(100,059.09)
Total	187,821.29	183,366.33

Perdas por Imparidade do período		
Descrição	2015	2014
Clientes	-	-
Inquilinos	(7,861.51)	(8,248.28)
Utentes	(17,133.87)	(72,260.59)
Total	(24,995.38)	(80,508.87)

15.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal	3,311.16	3,145.96
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	5,433.34	10,849.33
Entidades do Sector Público Administrativo	-	24,254.34
Programa POPH - Formação	-	14,475.89
Programa PIEF	-	9,778.45
Outros Devedores	48,104.54	46,901.84
Perdas por Imparidade	-	-
Total	56,849.04	85,151.47

15.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	210.65
PIEF	-	-
Total	-	210.65
Rendimentos a reconhecer		
Contratos Vitalícios	457,822.94	537,733.79
Mensalidades a reconhecer em 2016	31,299.96	42,383.12
Fundo Apoio ao Centro Acolhimento	-	15,000.00
Fundos Utentes	81,000.00	86,400.00
Rendas a reconhecer em 2016	42,180.74	43,360.50
Programa POPH - Formação	-	-
Programa PIEF	-	-
Total	612,303.64	724,877.41

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	2,634.49	6,390.23
Depósitos à ordem	305,747.56	383,533.60
Depósitos a prazo	900,000.00	900,000.00
Outros	-	-
Total	1,208,382.05	1,289,923.83

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	3,588,634.24	-	-	3,588,634.24
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	3,835,274.03	-	-	3,835,274.03
Resultados transitados	163,036.31	75,116.84	-	238,153.15
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	1,250,439.00	5,000.00	(46,408.55)	1,209,030.45
Doações	1,404,769.09	189,250.00	-	1,594,019.09
Resultado líquido exercício	75,116.84	169,394.98	(75,116.84)	169,394.98
Total	10,317,269.51	438,761.82	(121,525.39)	10,634,505.94

15.8. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	520,428.34	475,917.57
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	520,428.34	475,917.57

15.9. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16,740.39	8,991.29
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	22,605.13	23,544.76
Segurança Social	74,861.63	70,562.04
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	114,207.15	103,098.09

15.10. Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	529,435.61	-	542,296.06
Remunerações a pagar	-	525,532.02	-	539,725.08
Cauções	-	3,903.59	-	2,570.98
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	8,264.37	-	2,773.77
Guarda Valores Utentes	-	275,029.52	-	252,994.89
Outros credores	7,842.79	19,472.17	17,079.67	17,894.33
	-	-	-	-
Total	7,842.79	832,201.67	17,079.67	815,959.05

15.11. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	836,864.11	914,875.48
Geral	745,005.51	821,841.50
Clinica Fisiatrica	91,858.60	93,027.99
Outros subcontratos	-	5.99
Serviços especializados	871,558.83	962,133.25
Vigilância e Segurança	117,127.43	130,446.18
Honorários Trab Independentes	180,811.98	110,869.44
Conservação e Reparação Equipamentos	118,221.21	117,520.34
Conservação edifícios afetos atividade	133,962.55	193,172.51
Conservação património rendimento	58,643.48	106,786.29
Encargos Saude Utentes	146,598.34	154,542.39
Outros Serviços Especializados	116,193.84	148,796.10
Materials	53,375.00	47,370.62
Energia e fluidos	424,561.21	454,373.55
Deslocações, estadas e transportes	14,980.61	13,888.26
Serviços diversos	127,001.42	115,254.83
Comunicações	32,776.57	42,064.85
Seguros	24,200.09	24,317.40
Limpeza, higiene e conforto	31,034.18	20,583.87
Outros	38,990.58	28,288.71
Total	2,328,341.18	2,507,895.99

15.12. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	315,595.67	373,440.57
Descontos de pronto pagamento obtidos	29,341.19	27,272.01
Recuperação de dívidas a receber	-	2,614.17
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	526.72
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	955,631.05	980,533.13
Alienações investimentos não financeiros	163,220.00	-
Juros de depósitos obtidos	18,150.69	23,073.14
Dividendos obtidos	132.80	-
Outros rendimentos similares	-	-
Outros rendimentos e ganhos	154,262.35	123,737.96
Subsídios Investimento	46,408.55	45,283.60
Correcções Exercícios Anteriores	25,172.72	22,776.64
Ganhos Imobilizações	-	-
Ganhos Vitalícios	71,189.77	36,468.65
Outros	11,491.31	19,209.07
Total	1,636,333.75	1,531,197.70

15.13. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	26,735.81	23,934.63
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	2,830.75	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	122.43	-
Apoio pecuniário a carênciados	7,745.51	7,660.21
Outros Gastos Similares	3,195.33	5,358.85
Outros Gastos e Perdas	31,265.79	49,272.11
Correcções relativas anos anteriores	20,416.89	36,275.63
Donativos	1,421.64	2,046.64
Quotizações	4,234.83	2,574.30
Contrato Vitalícios	-	-
Outras Penalidades (contratuais)	61.28	1,098.37
Outros	5,131.15	7,277.17
Total	71,895.62	86,225.80

15.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7,575.67	18,961.47
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	7,575.67	18,961.47

15.15. Acontecimentos após data de Balanço

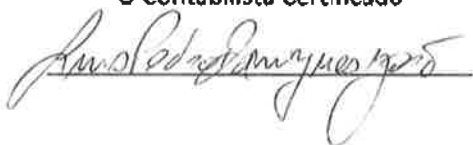
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

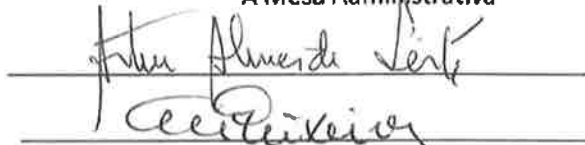
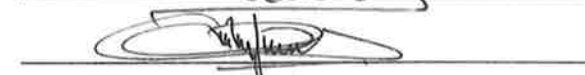
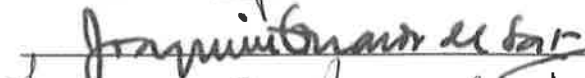
As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo Mesa Administrativa em 03 de março de 2016.

Vila Nova de Gaia, 03 de março de 2016

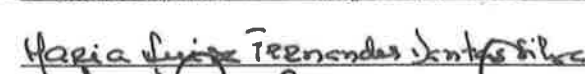
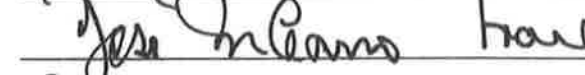
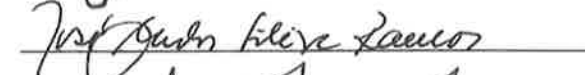
O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

Tratada da Assembleia Geral Ordinária de 2016


PARECER DO CONSELHO FISCAL DA S.C.M.G.
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015

No dia 17 de Março de 2016 pelas 17:00 horas, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia, reuniu o Conselho Fiscal para apreciação do Relatório de Atividades e Contas do Exercício de 2015 da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Nesta reunião foram presentes o Relatório de Atividades e Contas de 2015, e após análise detalhada dos mesmos, bem como a obtenção de todos os esclarecimentos solicitados, conclui-se que estes apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial, económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia.

Assim, tendo em conta a análise anteriormente referida, bem como a apreciação da certificação legal das contas emitida pela sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Conselho Fiscal entende que ambos os documentos merecem o parecer favorável deste órgão.

O Conselho Fiscal entende também propor um voto de Louvor à Exm.ª Mesa Administrativa, pela sua dedicação e trabalho desenvolvido durante este exercício.

Vila Nova de Gaia, 17 de Março de 2016.

O DEFINITÓRIO,


Eng.º Manuel Francisco Caruncho


Manuel Fernando Chaves da Silva


Rui Manuel Tavares Poças



ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 33
Registada na CMF com o n.º 1925

Contribuinte n.º 502 195 2011

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de "Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, que evidencia um total de 12.918.412,69 euros e um total do fundo de capital de 10.634.505,94 euros, incluindo um resultado líquido de 169.394,98 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas e por valência, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Mesa Administrativa, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de actividades com as demonstrações financeiras.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

*Sociedade de Revisiones, Oficiais de Contas
Inscrita na Lista dos Revisiones Oficiais de Contas sob a n.º 55
Registada na CACM com a n.º 15955*

Contribuinte n.º 502 135 391

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVA

7. Descrição dos factos que se nos afiguram relevantes e que devem ser considerados na apreciação do Balanço e da Demonstração dos Resultados.

7.1 Com a aplicação do regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, a Instituição deveria ter destacado dos seus activos fixos tangíveis os imóveis destinados a arrendamento e consequentemente mandar proceder à sua avaliação. Tal procedimento não foi adoptado, do que resultou que a totalidade dos imóveis foi mantida em activos fixos tangíveis, e foi considerado o valor que constava da contabilidade (custo histórico). Assim sendo, não foi supletivamente aplicado o preceituado na Norma contabilística e de relato financeiro II – Propriedades de Investimento.

Embora sem poder quantificar os efeitos que resultariam da avaliação, quer no acréscimo de património quer no aumento de depreciações, é nosso entender que daí não decorreria a necessidade de reconhecer qualquer imparidade, antes pelo contrário, daria lugar a um acréscimo do valor do património líquido.

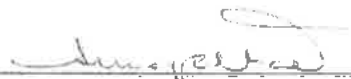
OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no ponto 7 (Reserva) acima podem implicar, as referidas demonstrações financeiras apresentam, quanto ao mais, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Gaia" em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo, aplicável em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Actividades é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Vila Nova de Gaia, 16 de Março de 2016


António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães
R.O.C. n.º 179

2

